

## RELATÓRIO DAS PLENÁRIAS DA ADUFAL

A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (ADUFAL) realizou um conjunto de reuniões setoriais durante o mês de junho para debater a atual situação da Universidade e do trabalho docente durante a Pandemia da COVID-19, bem como a futura retomada de atividades pedagógicas e curriculares na UFAL.

Dentre as seis plenárias sistematizamos as seguintes questões.

1. Questões gerais e comuns para o planejamento da retomada de atividades quando as autoridades sanitárias recomendarem:

1.1 Considerar que as instalações das salas de aula da UFAL não ofertam condições de conforto ambiental com ventilação natural e arejamento, espaço para manutenção de distância mínima de 1,5m entre estudantes e professor/a, o que dificulta um retorno à convivência tida como normal antes da Pandemia do COVID-19, e por isto são um obstáculo a ser tratado no planejamento institucional.

1.2 A atual organização das turmas na UFAL: há muitas turmas com grande número de estudantes em espaços físicos inadequados para as recomendações de evitar aglomerações e ambientes confinados.

1.3 Há uma diversidade de atividades curriculares obrigatórias de natureza prática - aulas de campo, práticas em laboratórios, estágios em ambientes externos e em contato direto com pessoas - e para todas essas serão necessários protocolos de Biossegurança que devem ser construídos para proteção de estudantes, professores/as, funcionários/as, público usuário dos serviços internos e externos da UFAL e das instituições e entidades onde tais atividades devem acontecer.

2. Considerações sobre as condições para o trabalho remoto docente na área de Ensino:

2.1. O trabalho remoto já está acontecendo, porém apresenta várias precariedades que devem ser repensadas:

2.1.1 Infraestrutura e Plataformas para o funcionamento dos sistemas on line, tanto administrativos como acadêmicos.

A instituição precisa se preparar para garantir que todos e todas que compõe o corpo discente, docente e técnico-administrativo poderão utilizar de forma intensa e simultânea os ambientes virtuais, com qualidade.

2.2. Diante do quadro de Emergência posto pela Pandemia, faz-se necessário o uso dos instrumentos proporcionados pelas tecnologias da informação e comunicação, softwares de ensino, simuladores para treinamentos de habilidades específicas, acesso a acervos digitais

especializados, mídias sociais, e a combinação de atividades à distância com atividades presenciais.

2.2.1 Entretanto é fundamental planejamento adequado que assegure que nenhum/a estudante será excluído/a do processo, e principalmente que o uso dessas ferramentas digitais não significa que os cursos serão transformados para a modalidade EaD. Trabalho e ensino remoto não são o mesmo que Educação a Distância.

2.2.2 Acessibilidade e inclusão digital com isonomia, para todos e todas integrantes da comunidade universitária é uma premissa sine qua non.

Isto exige um levantamento preciso, uma busca ativa, identificando cada pessoa e suas demandas, para que o planejamento contemple os investimentos necessários em acesso a equipamentos e internet.

Há estudantes que não tem acesso algum à internet porque moram em zona rural, e mesmo os que têm acesso à internet não dispõem de pacote de dados que dê condições para baixar arquivos e material de estudos, ou a internet não está disponível em todos os horários.

Esse levantamento deve se estender ao corpo docente, pois nem todos tem equipamentos, softwares, e internet suficientes para a nova demanda de organizar aulas e atividades didáticas no formato on line.

Registre-se que as Coordenações de Cursos estão realizando esforços para realizar levantamentos, contactar e conversar com estudantes, mas estão encontrando muitas dificuldades operacionais. E mesmo assim, diante da ausência de uma metodologia unificada as informações coletadas não são comparáveis, o que inviabiliza um diagnóstico da instituição como um todo.

2.2.3 Há que se priorizar no tema Acessibilidade a Formação Continuada de Docentes para o uso dessas novas tecnologias, assim como a ênfase na Formação Didática dos Docentes da instituição, ou seja, a formação não se dar apenas para o manejo de tecnologias, mas para a autonomia didático-pedagógica dos docentes, no desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso.

É necessário também disponibilizar assessoria continuada aos docentes para uso de softwares, edições de vídeos, podcasts, plataformas, etc, visto que estamos em processo de aprendizagem e adaptação.

2.2.4 As atividades de Ensino realizadas por professores/as e estudantes em suas residências - ainda que solucionadas as condições materiais de acesso tecnológico - tem limitações importantes porque se dão no espaço privado e interferem na dinâmica familiar. As pessoas têm crianças, também em ensino on line, confinadas e demandando atenção dos pais.

As pessoas têm idosos que precisam de atenção e cuidados especiais.

As pessoas têm trabalho doméstico a realizar, especialmente porque a Pandemia exige uma intensidade dos cuidados de limpeza e manutenção das residências que exigem mais tempo e preocupações.

2.2.5 É fundamental considerar que este é um período excepcional, onde as pessoas vivem um processo de grande tensão psíquica, lidando com doença, angústia, medo e luto, e que produzem efeitos negativos na saúde mental coletiva.

Assim, os critérios de produtividade e avaliação precisam ser revistos e adequados à luz da emergência que a pandemia coloca para o exercício da docência, seja nas atividades de pesquisa e produção científica, seja nas de extensão e ensino.

Ainda que as atividades remotas de Ensino sejam organizadas e implementadas, o período de excepcionalidade não pode ser relativizado.

Há que se considerar o perfil sócio-econômico dos estudantes da UFAL, em sua maioria de baixa renda.

O mapeamento e as considerações sobre as condições psico-sociais da comunidade universitária são essenciais para o planejamento de uma retomada, com fases de transição a serem previstas.

2.2.6 As atividades de Ensino mediadas pelas tecnologias exigem um tempo muito maior de Horas-Atividades de preparação.

A regulação da Carga horária docente na instituição precisa reconhecer a Hora- Atividade (validada recentemente pelo STF) e neste sentido é importante evitar a sobrecarga de horas de trabalho e a precarização da docência.

2.3 A retomada e a reorganização de atividades de Ensino devem atender também às especificidades das demandas dos estudantes: os concluintes, aqueles com período de integralização a vencer ou vencido durante a Pandemia, etc.

Outro aspecto importante é que quando da suspensão das aulas e do calendário acadêmico a UFAL ainda estava em processo de conclusão de reajustes de matrículas e outros procedimentos de admissão e organização de turmas.

Um novo calendário acadêmico, quando aprovado, deve assegurar direitos e prazos interrompidos, não contabilizando a fase de suspensão das atividades acadêmicas em prejuízo dos estudantes.

Da mesma forma, prazos administrativos para os servidores técnico-administrativos e docentes devem considerar essa etapa de suspensão e excepcionalidade da pandemia, não contando esse período em prejuízo de servidores, dentro de processos administrativos.

3. BIOSSEGURANÇA de toda comunidade universitária, é o tema prioritário para a retomada para as atividades de Ensino.

3.1 A UFAL deve criar uma Comissão Geral de Biossegurança, para pensar a instituição como um todo, e a criação de protocolos adequados a cada área e tipos de demandas.

3.2 Priorizar a situação dos/as Docentes que compõe o chamado grupo de risco da Pandemia - pessoas idosas e/ou com comorbidades. Estas pessoas devem ser mapeadas e protocolos específicos de Biossegurança devem ser construídos para reduzir seus riscos no exercício da docência.

3.3 Criar Comissão de Biossegurança específica para a área de Saúde, vinculada e articulada à Comissão Geral, para abarcar as especificidades da área:

3.3.1 Adequação de estrutura física e de equipamentos da área de Odontologia, para atender à nova norma da ANVISA 04/2020, especialmente a Clínica que atende pacientes do SUS e é campo de estágio e práticas dos estudantes do Curso.

3.3.2. Aquisição de novos tipos de EPIs para todos/as estudantes, professores, técnicos-administrativos que estão vinculados às atividades de Ensino, pesquisa, extensão, docente-assistencial no HU, nos laboratórios e clínicas da área de saúde.

3.3.3 Construção de protocolos de Biossegurança para as aulas práticas onde há contato físico obrigatório: aulas práticas da Educação Física, contato estudantes e pacientes usuários das redes de saúde, etc.

3.3.4. Modificar os protocolos e ampliar o nível de biossegurança para contato e manuseio de materiais biológicos nos laboratórios, central de esterilização e áreas afins.

3.3.5 Dentre as questões de organização do trabalho pedagógico com biossegurança está o tema dos Estágios.

Assim, recomendamos um ciclo de reuniões e debates com as Coordenações de Estágios da área de saúde para proposição de construção de novos processos de relacionamento com as Unidades Básicas de Saúde, Farmácias Comunitárias, hospitais, etc, com foco na proteção dos estudantes e professores/as da UFAL nas demais instituições.

Para isso será necessária uma adequação das relações institucionais entre UFAL e instituições dos campos de estágio para que sejam adotadas novas medidas de Biossegurança, o que demanda um acompanhamento direto da Reitoria nesse processo para estabelecimento dessas novas medidas a serem negociadas.

3.3.6 Os Estágios são estratégicos para os PPC, por isso o Fórum dos Colegiados deve constituir GT para tratar de Estágios das Licenciaturas, e outros GTs por área de conhecimento e afinidade, com vistas à definição de novos procedimentos e relacionamentos com os campos de estágio, para assegurar a biossegurança para

estudantes, professores, e usuários das instituições e empresas que recebem os estagiários.

4. Sobre a minuta apresentada pela Prograd para regular atividades pedagógicas de ensino, não obrigatórias, via internet, a maioria considera positivo que haja o debate, e que este seja aprofundado.

É muito relevante que tais atividades remotas, em debate, não signifiquem a abertura para adoção de propostas do Ministério da Educação, que vislumbram aumentar para 40% o percentual de carga horária de atividades remotas nos cursos presenciais, em formato de educação a distância, com o objetivo de reduzir o número de docentes, implantar modelos de precarização do trabalho docente, aumentar a relação N° de docentes/ N° de estudantes, adotar modelos de ensino padronizados, com pacotes tecnológicos fornecidos externamente e até mesmo importados de países centrais, ferindo mortalmente a Autonomia Universitária, a Liberdade de Cátedra, e o conceito de Universidade Pública produtora de conhecimento.

Há a preocupação de que a instituição valide atividades - mesmo que não obrigatórias - sem antes assegurar o acesso integral dos estudantes às tecnologias e internet. Portanto, o ponto de partida é assegurar o acesso integral dos estudantes ao ambiente virtual.

Reconhece-se que há um anseio dos/as estudantes para retorno das atividades pedagógicas, ainda que não presenciais, na mesma medida em que há uma grande preocupação com a parcela excluída do ambiente virtual.

Contudo, há críticas à condução do debate interno sobre o tema, dado o açoitamento com que a matéria foi apresentada, no intento de ser aprovada rapidamente.

O aspecto de atividades voluntárias por adesão, pode ser encarado como a legitimação da exclusão social, pois a decisão de não participar não se basearia em escolha, mas em impossibilidade de participar e escolher, e por isto estaria ferindo o princípio do direito de acesso e permanência do estudante, assegurado na LDB.

A maioria considera que o debate democrático é fundamental, e por isto a construção de grupos de trabalho, a abertura de espaço para que a minuta seja aprofundada e reformulada com o conjunto de contribuições, e o tempo de amadurecimento e construção de consensos até a apreciação do tema no CONSUNI, são passos metodológicos necessários.

#### **Isto posto registramos várias propostas:**

5. A Reitoria deve coordenar um planejamento institucional de retomada das atividades de Ensino da UFAL, que considerará etapas com predomínio de atividades não presenciais, até a retomada gradual das atividades presenciais integrais. Esse planejamento deve ser orientado por um processo participativo e democrático de construção de soluções, pautadas no princípio da isonomia de condições de acesso e permanência para os estudantes e condições dignas de trabalho para docentes e técnicos-administrativos.

5.1 Realizar uma pesquisa unificada e coordenada metodologicamente pela Reitoria, para levantar as demandas de estudantes, docentes e técnico-administrativos que identifique: acesso à internet e aos equipamentos de informática, condições para a realização de trabalho remoto nas residências, condições psico-sociais e de saúde mental da comunidade universitária, bem como adoção de metodologia de busca ativa, para assegurar inclusão integral.

5.2 Instituir grupos de trabalho e comissões temáticas para análise técnica e proposição de protocolos de trabalho, normatizações específicas, soluções técnicas para demandas. Foram propostas nas plenárias: Comissão Geral de Biossegurança; GTs para Estágios por áreas (saúde, licenciaturas etc.), GT Infraestrutura e Inclusão Digital, GT Atendimento Psico-Social e Saúde Mental.

5.3 Construir espaços de convívio entre estudantes, professores, técnico-administrativos em ambientes virtuais com atividades diversificadas, e dar ênfase à análise do processo da pandemia em seus múltiplos aspectos – saúde, economia, políticas públicas, meio ambiente, psico-social, etc. É necessário socializar pesquisas e promover uma compreensão coletiva da realidade para tomada de decisões institucionais.

5.3.1 Definição de programação institucional coordenada para ampliar a oferta de eventos on line que sejam certificados para a parte flexível dos cursos.

5.3.2 Organizar o CAITE no segundo semestre de 2020, de forma virtual, bem como estimular a realização dos eventos temáticos dos Cursos – as Semanas Pedagógicas.

5.3.3 Sistematizar com os Colegiados de Cursos os debates sobre os novos PPC, o processo de implantação e avaliação institucional dos Cursos, e os debates sobre a organização acadêmica, inovações pedagógicas.

5.4 Fortalecimento do PROFORD/UFAL, aperfeiçoando sua programação a partir da pesquisa a ser realizada com docentes e Colegiados de Cursos sobre suas demandas de formação continuada com vistas ao desenvolvimento dos PPC.

6. Considerar que a pandemia avança no tempo e espaço de formas diferente, o que significa que será necessário avaliar se no futuro retorno às atividades presenciais pode ser necessário que a retomada das atividades presenciais aconteça em tempos diferentes

7, Aprofundar o estudo sobre as alterações no mundo do trabalho, aceleradas pela pandemia, pois estas reflexões contribuem para avaliar aspectos políticos, e repensar os perfis dos profissionais que devemos formar, tendo consequências para os PPC.

As considerações aqui expostas trazem um conjunto de encaminhamentos necessários para organizar de forma participativa e democrática o debate sobre o tema. Desta forma encaminhamos ao CONSUNI para que sejam considerados.

***Maceió, 23 de junho de 2020.***

***Diretoria da Adufal***